

# VI ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

## RELATÓRIO



Poder Judiciário

**2012 Conselho Nacional de Justiça****Presidente** Ministro Joaquim Barbosa**Corregedor Nacional de Justiça** Ministro Francisco Falcão**Conselheiros** Ministro Carlos Alberto Reis de Paula  
José Roberto Neves Amorim  
Fernando da Costa Tourinho Neto  
Ney José de Freitas  
José Guilherme Vasi Werner  
Sílvio Luís Ferreira da Rocha  
José Lucio Munhoz  
Wellington Cabral Saraiva  
Gilberto Valente Martins  
Jefferson Luis Kravchychyn  
Jorge Hélio Chaves de Oliveira  
Emmanuel Campelo  
Bruno Dantas Nascimento**Secretário-Geral** Fábio César dos Santos Oliveira**Diretor-Geral** Miguel Augusto Fonseca de Campos**Organização** **Departamento de Gestão Estratégica - DGE**  
Diretor Ivan Gomes Bonifácio**Realização** **Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento**  
Conselheiro Ministro Carlos Alberto Reis de Paula  
Conselheiro José Guilherme Vasi Werner  
Conselheiro Jefferson Luis Kravchychyn**Arte e Design** Juliana Holanda**Fotos** Luiz Silveira/Gláucio Dettmar**Revisão** Carmem Menezes

Apresentação	5
Informações Gerais	6
Reuniões Setoriais	10
Glossário das Metas 2013	11
Recomendações de Melhorias à Gestão Estratégia	12
Metas Gerais sobre Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa	12
Metas Específicas de Improbidade Administrativa	14
Proposta de Regulamentação sobre a Política de Comunicação	15
Resultados da Corregedoria Nacional de Justiça	15
Conclusão	18
Anexo I	20
Anexo II	22
Anexo III	25



O Conselho Nacional de Justiça, ao editar a Resolução n. 70, de 18 de março de 2009, procurou definir um modelo de gestão aplicável a todo Poder Judiciário que permitisse a seleção de temas relevantes a serem considerados na consecução da prestação jurisdicional com melhores resultados e com a definição de prioridades e diretrizes para a Justiça brasileira. Este normativo previu a realização de encontros que envolveram a cúpula da Justiça, visando à avaliação da estratégia em curso, bem como à divulgação de projetos e ao estabelecimento de metas.

Para auxiliar as ações pertinentes à realização do Encontro, instituiu-se um grupo de trabalho composto pelos Juízes Auxiliares da Presidência sob a coordenação do então Secretário-Geral do CNJ, Francisco Alves Junior, conforme Portaria n. 157, de 13 de setembro de 2012 (Anexo I). Nesse contexto, foi realizado, nos dias 5 e 6 de novembro, em Aracaju/SE, o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, no qual estiveram reunidos representantes de 87 tribunais da Justiça brasileira, para debater sobre metas nacionais já estabelecidas em 2011, recomendações para a melhoria da gestão, diretrizes para o enfrentamento da questão da improbidade administrativa e da corrupção e recomendações à política de comunicação.

Ressalta-se que, na Reunião Preparatória para o Encontro, realizada em 17 de outubro em Brasília, foram analisadas e validadas propostas de metas sobre combate à corrupção e improbidade administrativa. O tema da improbidade foi também assunto de seminário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça em agosto. Desse seminário, que objetivou divulgar as ações de improbidade em tramitação nas Cortes brasileiras e discutir avanços e aprimoramentos que a Justiça precisa empreender nessa área, surgiu a ideia de propor e discutir, na sexta edição do Encontro Nacional, metas relacionadas a essa questão.

Além da preocupação com a probidade administrativa, no VI Encontro buscou-se discutir formas de aprimorar a gestão da Justiça a partir de diagnóstico realizado pelo Departamento de Gestão Estratégica (DGE) do CNJ. As conclusões desse diagnóstico apontaram para a necessidade de garantir maior envolvimento da alta administração com a gestão e para a premência de se incrementar a estrutura de pessoal alocada para assessorar o tribunal na execução e no planejamento das estratégias corporativas.

Outro tema que ganhou relevo no VI Encontro Nacional do Poder Judiciário foi o da comunicação institucional. O diagnóstico da gestão também demonstrou que a comunicação da estratégia ainda é bastante frágil. Diante desse quadro e considerando-se a nova lei de acesso à informação (Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011), decidiu-se levar ao Encontro recomendação aos tribunais para que aperfeiçoassem seu sistema de comunicação. Além disso, em decorrência de reuniões do Comitê de Comunicação do Poder Judiciário, ocorridas no período de junho a agosto deste ano, foi levada a proposta de o CNJ estabelecer uma Política de Comunicação para a Justiça brasileira, em complemento à Resolução CNJ n. 85, de 8 de setembro de 2009, que regula as ações de comunicação no âmbito deste Poder.

Os objetivos específicos do Encontro foram avaliar a estratégia nacional do Judiciário, divulgar o desempenho dos tribunais no cumprimento das ações e metas nacionais no ano findo e definir ações e metas nacionais a serem perseguidas pelas Cortes brasileiras em 2013.

O público-alvo foram presidentes, vice-presidentes e corregedores dos tribunais brasileiros.

A abertura ocorreu no dia 5 de novembro, no plenário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE). A mesa de abertura foi composta pelo Ministro Ayres Britto, então presidente do STF e do CNJ; Desembargador Osório de Araújo, Presidente do TJSE e anfitrião do evento; Doutor Márcio Leite de Resende, representante do Governador do Estado de Sergipe; Deputada Angélica Guimarães, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe; Doutor Roberto Monteiro Gurgel, Procurador-Geral da República; Doutor Ophir Cavalcante Junior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Senhor Edvaldo Nogueira, Prefeito de Aracaju; Ministro Almirante de Esquadra Álvaro Luiz Pinto, Presidente do Superior Tribunal Militar; Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Ministro Castro Meira, representante do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Francisco Falcão, Corregedor Nacional de Justiça; Desembargador Jorge Antônio Andrade Cardoso, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região; Desembargador Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região; Desembargador Edson Ulisses, Representante do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe; Doutor Orlando Rochadel Moreira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe; Senhor Albano Prado Franco, Ex-Governador de Sergipe; Doutor Marcelo Siqueira, representante da Advocacia-Geral da União.

O Ministro Ayres Britto destacou a importância do Judiciário na personalização da Justiça como valor. O Ministro afirmou que: “vivemos novos tempos. Tempo de chamamento de pessoas e setores externos ao próprio Judiciário para nos ajudar na tarefa da nossa própria compreensão. Vivemos um tempo de identidade, identificação, entrosamento, enfim, o Judiciário como continente e o Conselho Nacional de Justiça como conteúdo”.

No segundo dia do evento, no período matutino, o Ministro Ayres Britto anunciou as exposições contemporâneas do mais alto nível que seriam apresentadas, nesse novo tempo vivido pelo Poder Judiciário, que se assume como um Poder eminentemente republicano, competente no planejamento das próprias atividades.

A grande inovação do evento foi a participação de convidados que não são do Judiciário, os quais trouxeram a visão externa sobre os desafios da justiça brasileira. Houve três painéis cujas abordagens trouxeram o “olhar do administrador” e o “olhar da sociedade”.

No primeiro painel, cujo tema foi “Gestão do Poder Judiciário: o olhar da sociedade”, a jornalista Eliane Cantanhêde, da Folha de São Paulo, lembrou que era comum afirmar que o Judiciário era uma “caixa preta”, um poder hermético, ao contrário do Executivo e do Legislativo, que há muito são fiscalizados pela sociedade e pela imprensa. A palestrante ressaltou que: “Os juízes eram intocáveis, eles não precisavam dar satisfação a ninguém. Mas, nos últimos dez anos, nós vimos avanços como a Rádio Justiça, a TV Justiça, a transmissão ao vivo dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal”. A jornalista afirmou ainda que o CNJ teve papel fundamental em todo esse processo de ampliação da transparência do Poder Judiciário.

Ainda no mesmo painel, a fim de discursar sobre o Judiciário na perspectiva da sociedade, o especialista em Direito Público, Professor Doutor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e advogado Gustavo Binenbojm defendeu que o Judiciário brasileiro defina uma estratégia de comunicação profissionalizada e institucional para garantir sua afirmação como Poder da República perante a sociedade.

Nesse sentido, o Professor da UERJ defendeu que os tribunais, sob a coordenação do CNJ, invistam na criação de mecanismos profissionais de comunicação interna e externa que estejam a serviço das estratégias definidas por cada órgão, com assessores profissionais.

Para Binenbojm, a sociedade precisa ser capaz de entender o funcionamento da Justiça, para que possa não só cobrar quando metas não são cumpridas, como aplaudir quando os objetivos são alcançados.

No segundo painel, cujo tema foi “Gestão do Poder Judiciário: o olhar do administrador”, o conhecido e bem-sucedido empresário Jorge Gerdau Johannpeter afirmou que o Poder Judiciário está no caminho certo ao estabelecer um planejamento estratégico focado na otimização dos recursos públicos e na busca de maior celeridade na tramitação dos processos judiciais.

O empresário se disse orgulhoso ao ver que, em seu País, o Poder Judiciário está unido em torno do esforço para melhorar a prestação dos serviços aos cidadãos. Segundo ele, não há país desenvolvido sem uma Justiça forte e atuante. Gerdau, ao apresentar a palestra intitulada “O desafio da gestão pública: o papel do Poder Judiciário”, disse também que a atuação do CNJ garante a governança necessária para o aprimoramento da gestão de todo o Poder Judiciário.





# VI ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

ARACAJU - SE 5 E 6 DE NOVEMBRO



No turno vespertino do dia 6 de novembro, sob a coordenação dos Conselheiros foi desenvolvido, pela primeira vez em um Encontro, trabalho com cada segmento de Justiça.

Os segmentos de Justiça foram divididos em salas setoriais. Cada sala foi composta pelos membros do respectivo ramo de Justiça, sob coordenação de Conselheiros do CNJ designados pela Portaria CNJ n. 186, de 31 de outubro de 2012 (Anexo II). Os trabalhos foram iniciados pelo Coordenador, com breve exposição sobre a condução das atividades e as instruções gerais pertinentes.

A divisão do trabalho foi realizada da seguinte forma:

**Grupo Justiça do Trabalho**

- Conselheiro Ministro Carlos Alberto (Coordenador)
- Conselheiro Ney Freitas
- Conselheiro Lucio Munhoz

**Grupo Justiça Federal**

- Conselheiro Tourinho Neto (Coordenador)
- Conselheiro Silvio Rocha
- Conselheiro Wellington Saraiva

**Grupo Justiça Estadual**

- Conselheiro Neves Amorim (Coordenador)
- Conselheiro Gilberto Valente
- Conselheiro Jorge Hélio

**Grupo Justiça Eleitoral**

- Conselheiro Vasi Werner (Coordenador)
- Conselheiro Emmanoel Campelo

**Grupo Justiça Militar**

- Conselheiro Jefferson Kravchychyn (Coordenador)
- Conselheiro Bruno Dantas

As Reuniões Setoriais do VI Encontro Nacional foram compostas por quatro etapas, a saber:

- Apreciação do Glossário das Metas Nacionais 2013;
- Votação de recomendações para melhorias da gestão estratégica;
- Votação de propostas para o combate à improbidade administrativa (gerais e específicas para a Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Eleitoral);
- Apresentação dos principais objetivos de política de comunicação.

Somente os Presidentes ou seus Representantes Oficiais tiveram direito ao voto. Durante a votação, foi permitida a inclusão ou a alteração das propostas apresentadas, tudo devidamente anotado pela Secretaria que auxiliava os Conselheiros.

O primeiro momento teve como objetivo cientificar os Presidentes ou seus Representantes Oficiais acerca do Glossário das Metas Nacionais 2013, construído e validado pelos assessores de planejamento estratégico de cada tribunal, durante a Reunião Preparatória, ocorrida em Brasília no mês de outubro.

Na segunda etapa, os Presidentes ou seus Representantes Oficiais escolheram a recomendação, entre as duas apresentadas para melhoria da Gestão Estratégica, mais votada na Reunião Preparatória.

O terceiro momento foi reservado para votação das metas gerais de combate à corrupção e à improbidade administrativa, metas oriundas das mais votadas na Reunião Preparatória. Cada ramo de Justiça elegeu duas das dez propostas apresentadas. Ademais, foram votadas metas específicas para combate à improbidade administrativa para a Justiça Federal, Estadual e Eleitoral.

Por fim, na quarta etapa, o Secretário de Comunicação Social do CNJ realizou breve exposição em cada uma das salas sobre os principais objetivos de uma Política de Comunicação a ser levada à deliberação do Plenário do CNJ, seguindo-se de votação em que se definiu levar adiante a proposta de se instituir tal política.

### *Glossário das Metas 2013*

Síntese das deliberações para validação do Glossário das Metas 2013, em cada segmento:

JUSTIÇA FEDERAL	
Meta 5	Por unanimidade, foi aprovada alteração no texto da meta 5, passando a ter a seguinte redação: “Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012”
As demais metas foram lidas pelo grupo. Não houve proposta de alteração.	
JUSTIÇA ELEITORAL	
Meta 2	O texto de observação proposto pela Justiça Eleitoral referente à meta 2 de 2013, na reunião preparatória, foi retirado a pedido dos Presidentes, por não se aplicar a referida meta.
As demais metas foram lidas pelo grupo. Não houve proposta de alteração.	
JUSTIÇA DO TRABALHO	
Meta 9	Foi aprovado pela maioria que o percentual de implementação de PCMSO e do PPRA deverá ser de pelo menos 65%.
Meta 10	Foi aprovado pela maioria que o percentual de adequação ergonômica deverá ser realizado em 20% das unidades judiciárias de 1.º e 2.º graus
As demais metas foram lidas pelo grupo. Não houve proposta de alteração.	

**JUSTIÇA ESTADUAL**

As metas foram lidas pelo grupo. Não houve proposta de alteração.

**JUSTIÇA MILITAR**

As metas foram lidas pelo grupo. Não houve proposta de alteração.

**Recomendações de Melhorias à Gestão Estratégia**

Cada Presidente ou seu Representante Oficial recebeu uma cédula para efetuar seu voto. As cédulas de votação continham duas recomendações para cada ramo da Justiça. A exceção foi a Justiça Eleitoral que tinha três recomendações para analisar. As recomendações de melhorias à Gestão Estratégia eleitas pelos segmentos de Justiça foram:

**JUSTIÇA FEDERAL**

Engajar todos, alta administração e colaboradores, com a estratégia.

Elaborar e implantar plano de comunicação da estratégia.

**JUSTIÇA ESTADUAL**

Elaborar e implantar plano de comunicação da estratégia.

Elaborar planos de aquisição integrados à estratégia.

**JUSTIÇA ELEITORAL**

Engajar todos, alta administração e colaboradores, com a estratégia.

Garantir a estrutura mínima das unidades de planejamento para atendimento às demandas existentes.

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

Elaborar e implantar plano de comunicação da estratégia.

**JUSTIÇA MILITAR**

Elaborar e executar plano de comunicação da estratégia.

Elaborar planos de aquisição integrados à estratégia.

**Metas Gerais sobre Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa**

A dinâmica de votação das metas gerais sobre combate à corrupção e à improbidade administrativa utilizou a mesma metodologia da votação de recomendação de melhoria à gestão estratégia. Foi entregue a cada Presidente ou Representante Oficial uma cédula de votação que contenham 10 metas acerca da temática propostas na Reunião Preparatória do VI Encontro. Os votantes deveriam escolher pelo menos duas metas da lista apresentada a seguir:

NÚMERO DA META	DESCRIÇÃO
1	Instituir Código de Ética no tribunal.
2	Fortalecer a unidade de controle interno no tribunal.
3	Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.
4	Capacitar, pelo menos, xx% dos quadros de magistrados e servidores em técnicas de diagnóstico e combate à corrupção e à improbidade administrativa.
5	Capacitar 30% dos gestores em Ética na Administração Pública.
6	Conscientizar e divulgar formas de combate à corrupção e à improbidade administrativa.
7	Utilizar efetivamente a tabela de assuntos do CNJ, por todos os tribunais, em primeira e segunda instância.
8	Julgar (os Tribunais Superiores) todos os processos distribuídos, em grau de recurso, até 31 de dezembro de 2011.
9	Criar e implementar o Cadastro Nacional de Servidores Demitidos por Crimes de Improbidade Administrativa em 2013.
10	Criar um “Índice de Percepções de Corrupção” e publicar relatórios anuais, que contenham <i>ranking</i> que ordene por estados e por segmentos de atuação do Poder Judiciário (Federal, Estadual, Trabalho, Militar e Eleitoral), de acordo com o grau em que a corrupção é percebida, estabelecendo-se faixas de percepção.

As Metas mais votadas pelos segmentos de Justiça foram:

JUSTIÇA FEDERAL		
Meta 3 — Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.	Meta 7 — Utilizar efetivamente a tabela de assuntos do CNJ, por todos os tribunais, em primeira e segunda instância.	
JUSTIÇA ESTADUAL		
Meta 2 — Fortalecer a unidade de controle interno no tribunal.	Meta 3 — Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.	
JUSTIÇA ELEITORAL		
Meta 1 — Instituir Código de Ética no tribunal	Meta 4 — Capacitar, pelo menos, x% dos quadros de magistrados e servidores em técnicas de diagnóstico e combate à corrupção e à improbidade administrativa.	Meta 6 — Conscientizar e divulgar formas de combate à corrupção e à improbidade administrativa.
JUSTIÇA DO TRABALHO		
Meta 2 — Fortalecer a unidade de controle interno no tribunal.	Meta 3 — Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.	

JUSTIÇA MILITAR

Meta 3 — Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.	Meta 10 — Criar um “Índice de Percepções de Corrupção” e publicar relatórios anuais, que contenham <i>ranking</i> que ordene por estados e por segmentos de atuação do Poder Judiciário (Federal, Estadual, Trabalho, Militar e Eleitoral), de acordo com o grau em que a corrupção é percebida, estabelecendo-se faixas de percepção.
--	--

A partir da lista das metas votadas pelos segmentos, identificaram-se as duas metas mais votadas, eleitas para compor as metas de 2013. As metas vencedoras foram anunciadas na Plenária Final pelo Conselheiro Carlos Alberto Reis de Paula, Presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, assim elencadas:

META 2
Fortalecer a unidade de controle interno no tribunal.
META 3
Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

*Metas Específicas de Improbidade Administrativa*

Seguindo a mesma dinâmica das votações anteriores, foram distribuídas duas cédulas de votação com propostas de metas específicas de combate à improbidade administrativa para a Justiça Federal e a Estadual e uma cédula, para Justiça Eleitoral. Os Presidentes ou seu Representante Oficial, caso concordasse com a meta proposta, marcariam “SIM”. Do contrário, deveriam marcar “NÃO”.

O resultado das votações por segmento de Justiça é apresentado no quadro a seguir:

Metas Específicas de Improbidade Administrativa (Justiças Federal, Estadual e Eleitoral)						
Segmento de Justiça	Justiça Federal		Justiça Estadual		Justiça Eleitoral	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Identificar e julgar, até 31/12/13, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/11	4	2	19	4		
Realização de parcerias entre o CNJ, os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os TREs e os Tribunais de Conta, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa	4	2	23	0	15	2

Como se observa, a meta “Identificar e julgar, até 31/12/13, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/11” foi aprovada pela Justiça Federal e Estadual. E a meta “Realização de parcerias entre o CNJ, os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os TREs e os Tribunais de Conta, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa” foi aprovada por três segmentos da Justiça: Federal, Estadual e Eleitoral.

### *Proposta de Regulamentação sobre a Política de Comunicação*

Após breve apresentação acerca da necessidade de uma Política de Comunicação Social para o Poder Judiciário, os grupos setoriais analisaram as duas propostas de recomendação à Comunicação Social, assim dispostas:

- É necessária a definição de uma política de comunicação integrada para o Poder Judiciário que preserve a autonomia dos tribunais.
- O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve regulamentar essa política de comunicação.

Todos os segmentos de Justiça concordaram com as recomendações apresentadas. Está em discussão proposta de Resolução que disciplinará a Política de Comunicação Social. O normativo será apresentado ao Pleno do CNJ.

### *Resultados da Corregedoria Nacional de Justiça*

Os Corregedores-Gerais dos tribunais reuniram-se no momento das Reuniões Setoriais, sob coordenação do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Francisco Falcão, para avaliar/acompanhar as metas de 2012 e propor metas para 2013.

Resultaram da discussão 11 metas elencadas e apresentadas pelo Juiz Auxiliar Erivaldo Ribeiro na Plenária Final, conforme registradas a seguir:

Meta de Nivelamento para o ano de 2013	
Meta 1 – Apresentar Plano de Gestão para as Corregedorias em até 120 dias.	Ação – Elaborar até abril de 2013 documento que norteie as ações da Corregedoria, e que, preferencialmente contenha os seguintes elementos: Missão; Visão de Futuro; Valores Institucionais; Objetivos Estratégicos; Indicadores e Metas (incluindo as metas de nivelamento das corregedorias, aprovadas no VI Encontro Nacional); e Iniciativas (projetos e ações).
Meta 2 – Propor medidas para implantação de Estrutura Orgânica definitiva para as Corregedorias até junho de 2013.	Ação – Elaborar projeto de estruturação ou reestruturação da Corregedoria Geral de Justiça, contemplando quadro de servidores efetivos, cargos e funções comissionadas, que favoreçam o pleno cumprimento de sua missão institucional.
Meta 3 – Propor medidas visando garantir rubrica específica para as despesas das Corregedorias (Unidade Gestora - Responsável).	Ação – Elaborar e encaminhar à Presidência do Tribunal, até abril de 2013, projeto visando à criação de Unidade Gestora Responsável (UGR), garantindo autonomia às Corregedorias para administrar dotações orçamentárias e financeiras. Considera-se cumprida quando a Corregedoria já é contemplada com orçamento próprio para fazer frente às suas despesas.

Meta de Nivelamento para o ano de 2013	
Meta 4 – Publicar 100% das ações correcionais (preservado o sigilo).	<p>Ação – Divulgar, tempestivamente, e manter atualizados na rede mundial de computadores (internet) dados relativos aos processos administrativos, relatórios de inspeção/correição, atos normativos e demais documentos, assegurado o direito de acesso a toda e qualquer pessoa, independentemente de prévio cadastramento ou de demonstração de interesse, preservando o sigilo nos termos da Lei.</p> <p>Sugere-se que o prazo para a divulgação não seja superior a dez dias, a contar da edição do ato ou aprovação do documento.</p>
Meta 5 – Relatar 80% dos procedimentos disciplinares em até 180 dias.	<p>Ação – Elaborar em até 180 dias relatório e voto de 80% dos procedimentos em curso na Corregedoria; o percentual será aplicado sobre o acervo verificado em 31 de dezembro de 2012, e o prazo será contado a partir de 9 de janeiro de 2013.</p>
Meta 6 – Realizar, anualmente, correição em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais, ainda que por amostragem.	<p>Ação – Realizar, anualmente, independentemente de norma interna, inspeções ordinárias ou extraordinárias, presenciais ou remotas, em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais, com entrega de relatório conclusivo em até 30 dias após o término da inspeção. Cada comarca deverá ser correicionada ao menos a cada dois anos.</p>
Meta 7 – Fiscalizar 100% das metas do Poder Judiciário Nacional.	<p>Ação – Em relação ao primeiro grau, monitorar, permanentemente, o cumprimento de 100% das metas do Poder Judiciário, por meio de sistemas eletrônicos, e/ou manualmente, durante as inspeções das unidades judiciárias, com relatório anual que especifique as unidades visitadas e a situação das metas.</p>
Meta 8 – Propor a implantação de Turmas de Uniformização no âmbito estadual.	<p>Em face da previsão da Lei n.12.153/2009, onde ainda não regulamentadas, propor a instalação das Turmas de Uniformização dos Juizados Especiais até abril de 2013, ressalvados os tribunais com apenas uma turma recursal.</p> <p>A fim de subsidiar a proposta, sugere-se consultar a regulamentação dos tribunais que já as implantaram, a exemplo do TJSP, que editou a Resolução n. 553/2011, disponível em:</p> <p><a href="https://www.die.tisp.ius.br/cdje/consultaSimples.do?cdVolume=6&amp;nuDiario=1061&amp;cdCaderno=10&amp;nuSeqpagina=1">https://www.die.tisp.ius.br/cdje/consultaSimples.do?cdVolume=6&amp;nuDiario=1061&amp;cdCaderno=10&amp;nuSeqpagina=1</a></p>
Meta 9 – Propor estrutura administrativa para atender aos beneficiários do livramento condicional e cumpridores de medidas e penas alternativas (provimento 08 da Corregedoria Nacional).	<p>Ação – Propor, ao tribunal, até abril de 2013, projeto para criação e instalação nas Varas de Execução Penal e nas Varas de Penas e Medidas Alternativas, de estrutura administrativa (móveis, recursos humanos, equipamentos de informática e materiais de expediente), para atender aos beneficiários de livramento condicional e de medidas e penas alternativas.</p>

Meta de Nivelamento para o ano de 2013	
<p>Meta 10 – Incluir, em 100% das correições e inspeções nas varas criminais, a verificação do cumprimento da Resolução CNJ n. 66/2009 e do percentual dos presos provisórios, devendo ficar ao menos na média nacional, de 42%, em 2011.</p>	<p>Ação – Fazer constar, anualmente, em 100% do planejamento das inspeções/correições a verificação da situação dos presos provisórios, elaborando e divulgando relatórios mensais sobre o cumprimento da Resolução CNJ n. 66/2009.</p>
<p>Meta 11 – Implantar e manter, no ano de 2013, controle estatístico dos procedimentos de competência do Tribunal do Júri.</p>	<p>Ação – O controle estatístico implica detalhamento a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) ações penais que tenham sido pronunciadas, em cada mês, a partir de janeiro de 2013 (inclusive);</li> <li>b) ações penais levadas a julgamento em sessão do Tribunal do Júri, em cada mês, a partir de janeiro de 2013 (inclusive);</li> <li>c) informar, até o décimo quinto dia útil do mês de março de 2013, o número de denúncias distribuídas no período anterior a 31 de dezembro de 2008;</li> <li>d) informar, até o décimo quinto dia útil do mês de junho de 2013, o número de denúncias distribuídas no período anterior a 31 de dezembro de 2009;</li> <li>e) informar, até o décimo quinto dia útil do mês de setembro de 2013 o número de denúncias distribuídas no período anterior a 31 de dezembro de 2011; e</li> <li>f) informar, até o décimo quinto dia útil do mês de dezembro de 2013, o número de denúncias distribuídas no período anterior a 31 de dezembro de 2012.</li> </ul> <p>A Corregedoria Nacional de Justiça disponibilizará planilha com os requisitos mínimos necessários ao controle estatístico.</p> <p>Os dados deverão ser enviados à Corregedoria Nacional de Justiça, com base no cronograma especificado em cada letra.</p>

A iniciativa de reunir a alta cúpula do Judiciário para debater as principais diretrizes da gestão estratégica é fundamental para o alcance de resultados exitosos. A sexta edição do Encontro Nacional possibilitou, além da avaliação da execução da gestão estratégica no âmbito dos tribunais e acompanhamento das metas nacionais, o *feedback* de pessoas de fora do Poder Judiciário. Toda reflexão crítica contribui para o crescimento e, nesse contexto, para uma Justiça mais moderna, célere, eficaz e reconhecida pela sociedade brasileira.

Como resultado do encontro, o Judiciário assumiu o compromisso de, até o final de 2013, identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31 de dezembro de 2011. Além disso, o Judiciário comprometeu-se a aprimorar seu sistema de gestão, incrementar sua comunicação com a sociedade e fortalecer as unidades de controle interno.

O Conselheiro Carlos Alberto Reis de Paula, Presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, fez a apresentação das metas aprovadas no VI Encontro durante a reunião plenária. “Em nome do CNJ, reafirmo minha confiança em uma Justiça melhor”, afirmou o Conselheiro.

O evento encerrou-se com a participação do atual Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Joaquim Barbosa. O Ministro declarou que a definição de um planejamento estratégico com objetivos e ações coordenadas e com a inclusão de metas de combate à corrupção e à improbidade administrativa, sem dúvida, revela o compromisso do Judiciário com a qualidade da prestação do serviço jurisdicional. Por fim, concluiu que esse é o caminho correto a seguir que aponta para a continuidade dos trabalhos da gestão estratégica.



## **PORTARIA 157**



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

21

**PORTARIA Nº 157, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012**

Institui Grupo de Trabalho para auxiliar as ações atinentes à realização do VI Encontro Nacional do Poder Judiciário/2012.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ),**  
no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho para auxiliar as ações atinentes à realização do VI Encontro Nacional do Poder Judiciário/2012, composto pelos seguintes membros, sob a coordenação do primeiro:

I – Francisco Alves Junior, Secretário-Geral do CNJ;

II – Airton Mozart Valadares Vieira Pires, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;

III – Marcelo Augusto Costa Campos, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;

IV – Luciano Athayde Chaves, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;

V – Fernando Cesar Baptista de Mattos, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ.

VI – Paulo Ramalho Pessoa de Andrade Campos Neto, Assessor da Secretaria-Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ayres Britto', written in a cursive style.

**Ministro Ayres Britto**  
Presidente

**PORTARIA 186**



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

PORTARIA Nº 186 , DE 31 DE OUTUBRO DE 2012

Designa coordenadores das reuniões  
setoriais do VI Encontro Nacional do  
Poder Judiciário.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ),**  
no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a realização do VI Encontro Nacional do Poder  
Judiciário, organizado em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de  
Sergipe, a ocorrer nos dias 5 e 6 de novembro de 2012, em Aracaju;

**CONSIDERANDO** a necessidade de indicação de membros para  
coordenar as reuniões setoriais do referido evento;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os conselheiros Carlos Alberto Reis de Paula, Ney  
José de Freitas e José Lucio Munhoz, sob a coordenação do primeiro, para  
integrar o Grupo Justiça do Trabalho.

Art. 2º Designar os conselheiros Fernando da Costa Tourinho Neto,  
Sílvio Luis Ferreira da Rocha e Wellington Cabral Saraiva, sob a coordenação do  
primeiro, para integrar o Grupo Justiça Federal.

Art. 3º Designar os conselheiros José Roberto Neves Amorim,  
Gilberto Valente Martins e Jorge Hélio Chaves de Oliveira, sob a coordenação do  
primeiro, para integrar o Grupo Justiça Estadual e do Distrito Federal.



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

Art. 4º Designar os conselheiros José Guilherme Vasi Werner e Emmanoel Campelo de Souza Pereira, sob a coordenação do primeiro, para integrar o Grupo Justiça Eleitoral.

Art. 5º Designar o conselheiro Jefferson Luiz Kravchychyn para integrar o Grupo Justiça Militar.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **Ayres Britto**  
Presidente

**DOCUMENTOS DIGITALIZADOS  
COM ASSINATURAS DOS VOTANTES  
REUNIÕES SETORIAIS**

## Justiça Federal

ÓRGÃO	NOME	SEGMENTO	CARGO	ASSINATURA
STJ	FABRICIO DORNAS CARATA	JUSTIÇA FEDERAL	Juiz	
STJ	José de Castro Meira	JUSTIÇA FEDERAL	Representante Oficial	<i>José de Castro Meira</i>
STJ-DF	MURILO LAUREANO PINTO	JUSTIÇA FEDERAL	Assessor	
TRF 1ª	CARLOS OLAVO	JUSTIÇA FEDERAL	Corregedor	
TRF 1ª	César Cintra Jatahy Fonseca	JUSTIÇA FEDERAL	Juiz	
TRF 1ª	ITALO FIORAVANTI SABO MENDES	JUSTIÇA FEDERAL	Desembargador	
TRF 1ª	MARCOS AUGUSTO DE SOUSA	JUSTIÇA FEDERAL	Juiz	
TRF 1ª	MÁRIO CÉSAR RIBEIRO	JUSTIÇA FEDERAL	Presidente	<i>Mário César Ribeiro</i>
TRF 1ª	Sérgio Carlos Três e Silva	JUSTIÇA FEDERAL	Servidor	
TRF 1ª	ROBERTO ELIAS CAVALCANTE	JUSTIÇA FEDERAL	Diretor-Geral	
TRF 2ª	Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva	JUSTIÇA FEDERAL	Juiz	<i>Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva</i>
TRF 3ª	FABIO PRIETO / José Livramento	JUSTIÇA FEDERAL	Representante Oficial	<i>Fabio Prieto</i>
TRF 4ª	Fernando Quadros da Silva	JUSTIÇA FEDERAL	Desembargador	<i>Fernando Quadros da Silva</i>
TRF 4ª	José Carlos Bonato	JUSTIÇA FEDERAL	Servidor	
TRF 4ª	Luiz Carlos de Castro Lugon	JUSTIÇA FEDERAL	Vice-Presidente	
TRF 4ª	Marga Inge Borth-Tessler	JUSTIÇA FEDERAL	Presidente	
TRF 4ª	Sérgio Renato Tejada Garcia	JUSTIÇA FEDERAL	Juiz	
TRF 4ª	Tadaaqui Hirose	JUSTIÇA FEDERAL	Corregedor	
TRF 5ª	Rogério de Meneses Fialho Moreira	JUSTIÇA FEDERAL	Representante Oficial	
TRF 5ª	CARLOS REBELO JUNIOR	JUSTIÇA FEDERAL	Diretor-Geral	<i>C. Rebelo Jr.</i>

## Justiça Estadual

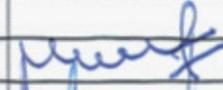
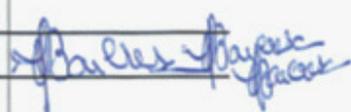
27

ÓRGÃO	NOME	SEGMENTO	CARGO	ASSINATURA
TJ - AC	Adair José Longuini	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - AC	Samoel Evangelista	JUSTIÇA ESTADUAL	Representante Oficial	
TJ - AL	James Magalhães de Medeiros	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - AL	SEBASTIÃO COSTA FILHO	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - AL	TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	
TJ - AM	Ari Jorge Moutinho da Costa	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - AP	ADNA GURTYEV GOMES DE QUEIROZ	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - AP	MÁRIO GURTYEV DE QUEIROZ	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - BA	ANA CONCEIÇÃO BARBUDA SANCHES	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - BA	IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - BA	RICARDO AUGUSTO SCHMITT	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - CE	Ana Katarina Fonteles Soares Viana	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - CE	Diana Santos Pontes	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - CE	FRANCISCO TARCÍSIO GUEDES LIMA VERDE JR.	JUSTIÇA ESTADUAL	Vice-Presidente	
TJ - DFT	ALEXANDRE CORREIA DE AQUINO	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - DFT	Charleston Reis Coutinho	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - DFT	DÁCIO VIEIRA	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - DFT	Donizeti Aparecido da Silva	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - DFT	João de Assis Mariosi	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - DFT	LECIR MANOEL DA LUZ	JUSTIÇA ESTADUAL	Vice-Presidente	
TJ - ES	CARLOS HENRIQUE RIOS DO AMARAL	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - ES	Pedro Valls Feu Rosa	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - GO	Beatriz Figueiredo Franco	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - GO	Carlos Magno Rocha da Silva	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - GO	Jordana de Araújo	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - MA	Alexandre Magno de Sousa Nunes	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - MA	Antonio Pacheco Guerreiro Júnior	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - MA	CLEONES CARVALHO CUNHA	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - MA	Eduardo Helder Pacifico Pinheiro	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - MA	JOSÉ RIBAMAR LOPES PINHEIRO	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - MA	Marcela Santana Lobo	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - MA	PAULO DE ASSIS RIBEIRO	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	

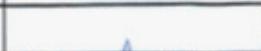
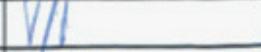
HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO JUSTIÇA ESTADUAL TJCE Desembargador representante

TJ - MA	REINALDO LUIZ MENEZES BARROS	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - MA	Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - MG	Joaquim Herculano Rodrigues	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - MG	LUIZ AUDEBERT DELAGE FILHO	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - MG	Manuel Bravo Saramago	JUSTIÇA ESTADUAL	Vice-Presidente	
TJ - MG	Nicolau Lupianhes Neto	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - MS	ALEXANDRE ANTUNES DA SILVA	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - MS	HILDEBRANDO COELHO NETO	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - MT	JUVENAL PEREIRA DA SILVA	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	
TJ - PA	ANDREA CRISTINE CORREA RIBEIRO	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - PA	CRISTIANO ARANTES E SILVA	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - PA	JEOVANA RODRIGUES MIRANDA	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - PA	JOHANN MAK DOUGLAS SALES DA SILVA	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - PA	Jose Torquato Araújo de Alencar	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - PA	KÁTIA PARENTE SENA	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - PA	Luana de Nazareth a. h. santalices	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - PA	MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	
TJ - PA	MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	
TJ - PA	MARISA BELINI DE OLIVEIRA	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - PA	RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - PA	ROMULO JOSE FERREIRA NUNES	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	
TJ - PA	Ronaldo Marques Valle	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	
TJ - PA	VANIA VALENTE COUTO FORTES BITAR CUNHA	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	
TJ - PB	Abraham Lincoln da Cunha Ramos	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - PB	Antonio Silveira Neto	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - PB	José Falbo de Abrantes Vieira	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - PB	Maria de Fátima Moraes Bezerra	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	
TJ - PE	Carlos Humberto Inojosa Galindo	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - PE	FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - PE	JONES FIGUEIRÊDO ALVES	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	
TJ - PE	JOVALDO NUNES GOMES	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	

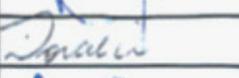
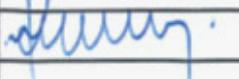
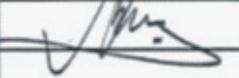
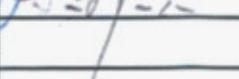
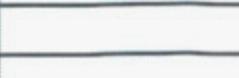
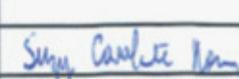
TJ - PI	Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	<i>Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro</i>
TJ - PI	FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - PI	Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro	JUSTIÇA ESTADUAL	Secretário-Geral	
TJ - PR	MIGUEL KFOURI NETO	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - PR	INOVAL DE QUADROS	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - RJ	FABIO RIBEIRO PORTO	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - RJ	GILBERTO DE MELLO NOGUEIRA ABDELHAY JUNIOR	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - RJ	MANOEL ALBERTO REBÊLO DOS SANTOS	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	<i>Manoel Alberto Rebêlo dos Santos</i>
TJ - RN	JUDITE DE MIRANDA MONTE NUNES	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	<i>Judite de Miranda Monte Nunes</i>
TJ - RN	JULIANA CAPISTRANO DE ARAÚJO	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - RN	Paulo Luciano Maia Marques	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - ES	Carlos Roberto Mignone	JUSTIÇA ESTADUAL	Vice-Presidente	<i>Carlos Roberto Mignone</i>
TJ - PA	Ádria Afalo	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - PB	Maria das Neves do Egito de Araujo	JUSTIÇA ESTADUAL	Representante Oficial	
TJ - PB	Maria do Socorro Gomes Primo	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - PE	paulo emilio tavares pessoa de melo	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - RO	RADUAN MIGUEL FILHO	JUSTIÇA ESTADUAL	Vice-Presidente	
TJ - RO	URSULA GONÇALVES THEODORO DE FARIA SOUZA	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	<i>Ursula Gonçalves Theodoro de Faria Souza</i>
TJ - RR	Erick Linhares	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	<i>Erick Linhares</i>
TJ - RS	André Luiz Planella Villarinho	JUSTIÇA ESTADUAL	Vice-Presidente	
TJ - RS	Gisele Anne Vieira de Azambuja	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - RS	Marcelo Bandeira Pereira	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	<i>Marcelo Bandeira Pereira</i>
TJ - SC	Ingrid Brandão Sartor	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - SC	Salette Silva Sommariva	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	<i>Salette Silva Sommariva</i>
TJ - SE	CLAUDIO DINART DEDA CHAGAS	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	<i>Claudio Dinart Deda Chagas</i>
TJ - SE	CLÉA MONTEIRO ALVES SCHLINGMAN	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - SE	DIÓGENES BARRETO	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - SE	GENI SILVEIRA SCHUSTER	JUSTIÇA ESTADUAL	Vice-Presidente	
TJ - SE	Gustavo Adolfo Plech Pereira	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - SE	LUIZ ANTONIO ARAÚJO MENDONÇA	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	

TJ - SE	MARCOS DE OLIVEIRA PINTO	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - SE	NETÔNIO BEZERRA MACHADO	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - SE	OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - SP	IVAN RICARDO GARISIO SARTORI	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - SP	Luis Soares de Mello Neto	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	
TJ - SP	MARCELO HENRIQUE SILVA	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - SP	REGIS DE CASTILHO BARBOSA FILHO	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ - SP	ROSANGELA SANCHES	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - TO	Ana Carina Mendes Souto	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - TO	Angela Maria Ribeiro Prudente	JUSTIÇA ESTADUAL	Corregedor	
TJ - TO	Flávio Leali Ribeiro	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ - TO	JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
TJ - TO	ROSANA APARECIDA SIQUEIRA FIVOTTI	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ-AL	NILO BRANDÃO MEIRELES JUNIOR	JUSTIÇA ESTADUAL	Secretário-Geral	
TJ-CE	Haroldo correa de oliveira maximo	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	
TJ-DFT	TATIANA PIRES VILLAS BOAS DE CARVALHO	JUSTIÇA ESTADUAL	Assessor	
TJ-MG	JOAQUIM HERCULANO	JUSTIÇA ESTADUAL	Presidente	
tj-mg	josé antonino baia borges	JUSTIÇA ESTADUAL	Vice-Presidente	
TJ-MG	WANDERSON GARCIA COSTA NEVES	JUSTIÇA ESTADUAL	Assessor	
TJ-PB	CARLOS EDUARDO LEITE LISBOA	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ-PE	MARIANA VARGAS CUNHA DE OLIVEIRA LIMA	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
tj-pe	Ricardo mendes lins	JUSTIÇA ESTADUAL	Servidor	
TJ-PI	Virgílio Madeira Martins Filho	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TJ-SE	MARCEL DE CASTRO BRITO	JUSTIÇA ESTADUAL	Juiz	
TRE - TO	JOSÉ DA MOURA FILHO	JUSTIÇA ESTADUAL	Desembargador	

## Justiça do Trabalho

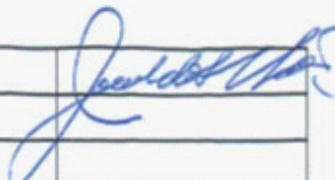
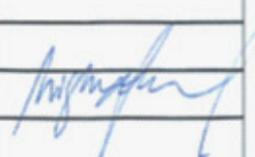
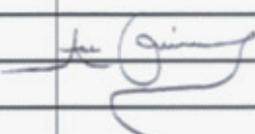
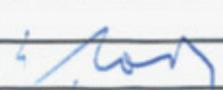
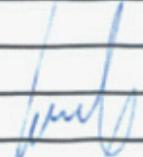
ÓRGÃO	NOME	SEGMENTO	CARGO	ASSINATURA
TRT	JOÃO AURINO MENDES BRITO	JUSTIÇA DO TRABALHO	Desembargador	
TRT 10ª	ELAINE MACHADO VASCONCELOS	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 11ª	Maria das Graças Alecrim Marinho	JUSTIÇA DO TRABALHO	Desembargador	
TRT 12ª	Alexandre Luiz Ramos	JUSTIÇA DO TRABALHO	Representante Oficial	
TRT 13ª	Carlos Coelho de Miranda Freire	JUSTIÇA DO TRABALHO	Vice-Presidente	
TRT 13ª	MARCELLO WANDERLEY MAIA PAIVA	JUSTIÇA DO TRABALHO	Magistrado	
TRT 13ª	Paulo Américo Maia de Vasconcelos Filho	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 13ª	Samuel von Laer Norat	JUSTIÇA DO TRABALHO	Servidor	
TRT 14ª	Antonio Cesar Coelho de Medeiros	JUSTIÇA DO TRABALHO	Juiz	
TRT 14ª	Ilson Alves Pequeno Junior	JUSTIÇA DO TRABALHO	Vice-Presidente	
TRT 14ª	João Bosco Machado de Miranda - 13 de Planejamento e Gestão	JUSTIÇA DO TRABALHO	Assessor	
TRT 14ª	VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 15ª	FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 16ª	ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 16ª	Jeanne Aragão Adler	JUSTIÇA DO TRABALHO	Assessor	
TRT 16ª	JULIA DE SOUZA GOMES	JUSTIÇA DO TRABALHO	Servidor	
TRT 16ª	LUIZ COSMO DA SILVA JUNIOR	JUSTIÇA DO TRABALHO	Vice-Presidente	
TRT 16ª	Manoel Lopes Veloso Sobrinho	JUSTIÇA DO TRABALHO	Juiz	
TRT 16ª	Stael Cavalcanti Martins de Araújo	JUSTIÇA DO TRABALHO	Secretário-Geral	
TRT 17ª	Marcello Maciel Mancilha	JUSTIÇA DO TRABALHO	Representante Oficial *	
TRT 18ª	Mário Sérgio Bottazzo	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 19ª	Antonio Henrique Teixeira Neto	JUSTIÇA DO TRABALHO	Assessor	
TRT 19ª	GUILHERME ANTÔNIO FEITOSA	JUSTIÇA DO TRABALHO	Outro	
TRT 19ª	SEVERINO RODRIGUES DOS SANTOS	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 1ª	ANA MARIA SOARES DE MORAES	JUSTIÇA DO TRABALHO	Corregedor	
TRT 1ª	Fernando Antonio Zorzenon	JUSTIÇA DO TRABALHO	Corregedor	
TRT 1ª	MARIA DE LOURDES LIMA SALLABERY	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 20ª	JORGE ANTONIO ANDRADE CARDOSO	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 21ª	Ronaldo Medeiros de Souza	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 22ª	Francisco Meton Marques de Lima	JUSTIÇA DO TRABALHO	Corregedor	
TRT 22ª	ROBERTO WANDERLEY BRAGA	JUSTIÇA DO TRABALHO	Juiz	

## Justiça do Trabalho

TRT 22ª	WELLINGTON JIM BOAVISTA	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 23ª	TARCÍSIO REGIS VALENTE	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 24ª	FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO	JUSTIÇA DO TRABALHO	Vice-Presidente	
TRT 2ª	MARIA DORALICE NOVAES	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 3ª	Guilherme Augusto de Araujo	JUSTIÇA DO TRABALHO	Diretor-Geral	
TRT 3ª	Márcio Flávio Salem Vidigal	JUSTIÇA DO TRABALHO	Desembargador	
TRT 3ª	MARCUS MOURA FERREIRA	JUSTIÇA DO TRABALHO	Vice-Presidente	
TRT 4ª	Cleusa Regina Halfen	JUSTIÇA DO TRABALHO	Corregedor	
TRT 4ª	FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO	JUSTIÇA DO TRABALHO	Desembargador	
TRT 5ª	Valtércio Ronaldo de Oliveira	JUSTIÇA DO TRABALHO	Corregedor	
TRT 5ª	Vânia Jacira Tanajura Chaves	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 5ª	Yara Ribeiro Dias Trindade	JUSTIÇA DO TRABALHO	Vice-Presidente	
TRT 6ª	ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 6ª	GISANE BARBOSA DE ARAÚJO	JUSTIÇA DO TRABALHO	Corregedor	
TRT 6ª	MARIA HELENA GUEDES SOARES DE PINHO MACIEL	JUSTIÇA DO TRABALHO	Vice-Presidente	
TRT 7ª	Francisco Julio Farias Santiago	JUSTIÇA DO TRABALHO	Secretário-Geral	
TRT 7ª	MARIA ROSELI MENDES ALENCAR	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT 7ª	Patricia Cabral Machado	JUSTIÇA DO TRABALHO	Servidor	
TRT 8ª	FRANCISCO SERGIO SILVA ROCHA	JUSTIÇA DO TRABALHO	Representante Oficial	
TRT 9ª	Rosemarie Diedrichs Pimpão	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	
TRT-11ª	David Alves de Mello Junior	JUSTIÇA DO TRABALHO	Desembargador	
TRT-11ª	Marinilza Belem Taveira	JUSTIÇA DO TRABALHO	Assessor	
TRT-15ª	Eduardo Benedito Zanella	JUSTIÇA DO TRABALHO	Corregedor	
TRT-15ª	Fernando da Silva Borges	JUSTIÇA DO TRABALHO	Vice-Presidente	
TRT-15ª	Luciane Storel da Silva	JUSTIÇA DO TRABALHO	Juiz	
TRT-1ª	Gisela Avila Lutz	JUSTIÇA DO TRABALHO	Outro	
TRT-20ª	Maria das Graças Monteiro Melo	JUSTIÇA DO TRABALHO	Desembargador	
TRT-4ª	Dalva Stracke Ferreira	JUSTIÇA DO TRABALHO	Assessor	
TRT-8ª	Luis José de Jesus Ribeiro	JUSTIÇA DO TRABALHO	Desembargador	
TRT-8a.	Suzy Elizabete Calvacante Koury	JUSTIÇA DO TRABALHO	Vice-Presidente	
TRT-9a.	Marlos Augusto Melek	JUSTIÇA DO TRABALHO	Juiz	
TST	JOÃO ORESTE DALAZEN	JUSTIÇA DO TRABALHO	Presidente	

## Justiça Eleitoral

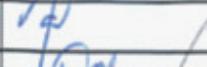
ÓRGÃO	NOME	SEGMENTO	CARGO	ASSINATURA
TRE - AC	Adauto da Silva Gois	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - AC	JÚNIOR ALBERTO RIBEIRO	JUSTIÇA ELEITORAL	Juiz	
TRE - AC	LUCIANE SOCORRO FERREIRA DE MEDEIROS	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - AC	PEDRO RANZI	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - AC	Renata Brasileiro M. Furtado	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - AL	ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO	JUSTIÇA ELEITORAL	Vice-Presidente	
TRE - AL	IVAN VASCONCELOS BRITO JÚNIOR	JUSTIÇA ELEITORAL	Corregedor	
TRE - AL	MARCONDES GRACE SILVA	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - AL	NEY WILLER SANTOS SILVA DA PALMA	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - AL	ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - BA	Sara Silva de Brito	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - BA	Ana Lucia Estevez Amoedo	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - CE	ADEMAR MENDES BEZERRA	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - CE	AGENOR STUDART NETO	JUSTIÇA ELEITORAL	Juiz	
TRE - CE	Antônio Sales Rios Neto	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - CE	CLEBER DE CASTRO CRUZ	JUSTIÇA ELEITORAL	Juiz	
TRE - DF	MARIO MACHADO VIERIA NETO	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - DF	ARTHUR CEZAR DA SILVA JUNIOR	JUSTIÇA ELEITORAL	Secretário-Geral	
TRE - ES	ANNIBAL DE REZENDE LIMA	JUSTIÇA ELEITORAL	Vice-Presidente	
TRE - ES	Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - GO	FERNANDO SOUSA CHAVES	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - GO	GILBERTO MARQUES FILHO	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - GO	JOAO WALDECK FELIX DE SOUSA	JUSTIÇA ELEITORAL	Corregedor	
TRE - GO	MARLA RODRIGUES DE MORAIS	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - GO	Saulo Ricardo de Oliveira Freitas	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - MA	José Bernardo Silva Rodrigues	JUSTIÇA ELEITORAL	Vice-Presidente	
TRE - MA	Gustavo Adriano Costa	JUSTIÇA ELEITORAL	Outro	
TRE - MA	JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO	JUSTIÇA ELEITORAL	Desembargador	
TRE - MA	Karla de Faria Abdala	JUSTIÇA ELEITORAL	Outro	
TRE - MG	FLAVIO AUGUSTO NANNETTI CAIXETA	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - MG	MAURÍCIO TORRES SOARES	JUSTIÇA ELEITORAL	Juiz	
TRE - MG	MAURICIO TORRES SOARES	JUSTIÇA ELEITORAL	Juiz	

TRE - MS	Joenildo Souza Chaves	JUSTIÇA ELEITORAL	Vice-Presidente	
TRE - MS	Marcelo de Freitas Machado	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - PA	DAHIL PARAENSE DE SOUZA	JUSTIÇA ELEITORAL	Corregedor	
TRE - PA	FERNANDA GUERREIRO MATTOS RODRIGUES	JUSTIÇA ELEITORAL	Outro	
TRE - PA	LEONARDO DE NORONHA TAVARES	JUSTIÇA ELEITORAL	Vice-Presidente	
TRE - PA	MIGUEL LUCIVALDO ALVES SANTOS	JUSTIÇA ELEITORAL	Outro	
TRE - PA	RICARDO FERREIRA NUNES	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - PA	SOLANGE MACIEL CARVALHO	JUSTIÇA ELEITORAL	Outro	
TRE - PB	Leonardo Lívio Ângelo Paulino	JUSTIÇA ELEITORAL	Secretário-Geral	
TRE - PB	Marcos Cavalcanti de Albuquerque	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - PB	Miguel de Brito Lyra Filho	JUSTIÇA ELEITORAL	Corregedor	
TRE - PB	VANESSA MELO DO EGYPTO	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - PB	Viviana Targa de Menezes	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - PE	ANA CRISTINA VIEIRA DE BARROS CORREIA	JUSTIÇA ELEITORAL	Outro	
TRE - PE	CAROLINA FRANÇA DE CARVALHO	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - PE	JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO	JUSTIÇA ELEITORAL	Desembargador	
TRE - PE	RICARDO PAES BARRETO	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - PE	ROBERTO DE FREITAS MORAIS	JUSTIÇA ELEITORAL	Desembargador	
TRE - PI	JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA	JUSTIÇA ELEITORAL	Corregedor	
TRE - PI	LEONARDO MORAES JÚNIOR	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - RR	Adriano Nogueira Batista	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - RR	Alcir Gursen De Miranda	JUSTIÇA ELEITORAL	Desembargador	
TRE - RR	JOSÉ ALEX MAGNO ALVES DE ALMEIDA	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - RR	Tânia Vasconcelos Dias	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - RS	ARTUR DOS SANTOS E ALMEIDA	JUSTIÇA ELEITORAL	Juiz	
TRE - RS	MAGDA STOLL ANDRADE	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - SC	Eládio Torret Rocha	JUSTIÇA ELEITORAL	Vice-Presidente	
TRE - SC	Luiz César Medeiros	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - SE	Edson Ulisses de Melo	JUSTIÇA ELEITORAL	Desembargador	
TRE - SE	* MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA	JUSTIÇA ELEITORAL	Presidente	
TRE - SE	Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - SE	TADEU MATOS HENRIQUES	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - SP	ANTONIO CARLOS MATHIAS COLTRO	JUSTIÇA ELEITORAL	Corregedor	

(\*) Substituto : Des Edson Ulisses

TRE - SP	Marco Antonio Martin Vargas	JUSTIÇA ELEITORAL	Juiz	
TRE - SP	REGINA RUFINO	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - TO	LARA ALVES ARAUJO	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - TO	RONEY DACIO LOPES	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - TO	ZILANIA FILGUEIRAS	JUSTIÇA ELEITORAL	Servidor	
TRE - TO	JOSE RIBAMAR MENDES JUNIOR	JUSTIÇA ELEITORAL	Corregedor	
TRE-TO	Jose de Oliveira Filho		Vice Presidente	

## Justiça Militar

ÓRGÃO	NOME	SEGMENTO	CARGO	ASSINATURA
STM	ALVARO LUIZ PINTO	JUSTIÇA MILITAR	Presidente	
STM	José Aloysio de Melo Pinto	JUSTIÇA MILITAR	Assessor	
STM	RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO	JUSTIÇA MILITAR	Ministro	
TJM - MG	Cel. Osmar Duarte Marcelino	JUSTIÇA MILITAR	Presidente	
TJM - MG	James Ferreira Santos	JUSTIÇA MILITAR	Corregedor	
TJM - RS	JOÃO VANDERLAN RODRIGUES VIEIRA	JUSTIÇA MILITAR	Presidente	
TJM - SP	Orlando Eduardo Geraldi	JUSTIÇA MILITAR	Presidente	
TJM - SP	Paulo Adib Casseb	JUSTIÇA MILITAR	Juiz	

**[WWW.CNJ.JUS.BR](http://WWW.CNJ.JUS.BR)**